

EDUCAÇÃO PÚBLICA E RESISTÊNCIA!

Zuleide S. Silveira
Universidade Federal Fluminense,
Niterói, RJ, Brasil

Dinah Vasconcellos Terra
Universidade Federal Fluminense,
Niterói, RJ, Brasil

No Editorial da nº 9, lançado no pós-eleição presidencial, apontamos para um cenário educacional brasileiro preocupante quanto ao que presenciávamos naquele momento. Com a subida de Jair Messias Bolsonaro ao poder, em janeiro de 2019, os duros ataques sofridos pela educação brasileira se aprofundam. Instala-se institucionalmente, com mais clareza a desqualificação do trabalho docente, a perseguição aos professores e aos estudantes e o desmantelamento da educação pública brasileira via Ministério da Educação (MEC) que, neste curto período de governo, foi ocupado por dois Ministros, Ricardo Velez Rodrigues, teólogo, filósofo e ensaísta, substituído, no mês de abril, pelo economista Abraham Weintraub.

No campo político-ideológico-econômico, os cortes no orçamento das universidades, centros e institutos federais e colégios de aplicação ameaçam o funcionamento das instituições que já não possuem verbas para assumir os gastos com energia elétrica, telefonia, água e pagamento do salário dos trabalhadores terceirizados-precarizados. O discurso de cunho moralista volta-se, sobretudo, para a área das ciências humanas e sociais, que supostamente seria espaço formativo da perversão dos bons costumes, não trazendo, portanto, retorno financeiro imediato e melhorias para sociedade.

Na questão financeira, o MEC tem apresentado sucessivos cortes de verbas para as instituições de ensino, contabilizando um total de 5,8 bilhões, o que intensifica a precariedade do ensino. Embora as instituições públicas sejam responsáveis

Editorial

por 90% da produção do conhecimento e da pesquisa no Brasil, o corte de verbas na ciência e tecnologia de cerca de R\$ 2,132 bilhões, subalterniza a pesquisa e a autonomia da produção do conhecimento. O resultado destas políticas desastrosas será a entrega das universidades à iniciativa privada (ANDES-SN, 2019).

Até o momento, não houve qualquer anúncio de uma política consistente e socialmente referenciada voltada para a educação brasileira que considere as pautas necessárias e relevantes ao avanço político, econômico, social, cultural, tecnológico e educacional do país.

Neste contexto, as contradições e as lutas entre classes sociais, e até mesmo intraclasse dominante no poder, têm se acirrado. De um lado, as manifestações da “onda conservadora” (DEMIER; HOEVELER, 2016; SILVEIRA, 2018) ocorrem por mediação de intelectuais coletivos como o Movimento Escola sem Partido; o Movimento pela Base, o Movimento Todos pela Educação, bem como o Fomento às Escolas Cívico-Militares, que instala a Militarização da Educação por meio do Decreto nº 9465/2019. De outro, a mobilização de entidades representativas de classe, como a Anped, Anfope, Andes-SN, CNTE, Frasubra, Forumdir, SBPC, SEPE, Sinasefe, entre outras, além dos movimentos estudantis e das bancadas de deputados federais e de senadores do campo progressista no Congresso Nacional que, de modo geral, têm levado às ruas seus protestos e a defesa pela educação pública, gratuita e de qualidade.

Os temas pautados na e pela onda conservadora ainda que possam parecer dispersos, revelam, em sua essência, projetos estratégicos de retirada dos direitos

conquistados arduamente pela classe trabalhadora, desde o final do século IX até o sexagésimo ano do XX¹; o aumento da miséria, da fome, do desemprego que, de tão exponencial, vem sendo chamado de desemprego estrutural, a espoliação

¹ No Brasil, algumas das conquistas da classe trabalhadora se estenderam até os anos 1980, mais precisamente, no período de redemocratização do país, quando se aprovou a Constituição de 1988., que ao longo dos últimos trinta anos sofreu uma série de emendas de modo adequar-se à temporalidade neoliberal do capital.

Editorial

e a superexploração, mas também a desorganização da classe e a transformação de sindicatos combativos em sindicatos propositivos; de outro, a restauração do poder de classe burguês, a reorganização da 'internacional capitalista'², que passa a incluir China, Índia e Rússia, a concentração de riqueza (SILVEIRA, 2018, p.20)

Embora o Projeto de Lei nº 7180/2014 tenha sido arquivado, no final de 2018, o Movimento Escola sem Partido volta à tona no discurso em formato de perseguição aos professores, estimulando a sociedade a denunciar aqueles/as que supostamente teriam, numa visão de senso comum, um discurso ideológico, seja no sentido político e/ou, seja na perspectiva da chamada ideologia de gênero. Os defensores dessa proposição tentam fazer crer que, existe neutralidade política e científica, particularmente no campo da educação.

Entretanto, estamos inseridos em sociedade e por isso expressamos nossas concepções sempre que nos comunicamos, sendo essencial o convívio com pessoas de diferentes convicções. Os professores possuem, como qualquer cidadão, ética, valores e posições político-sociais-culturais-educacionais e econômicas. Assim, a escola e a universidade são também espaço do dissenso, onde a transmissão sistematizada do conhecimento produzido historicamente vem marcada por uma pluralidade de leituras acerca da realidade social.

Tentar fazer acreditar que, os estudantes podem facilmente ser influenciados e que são incapazes de refletir sobre o que é ensinado em sala de aula é um argumento equivocado, pois eles possuem seus próprios pontos de vista, construídos em suas diversas relações com a família, amigos, mídia, igrejas, escola e vários outros espaços sociais.

Não existe, pois, neutralidade no ensino, por isso qualquer ação que busque coibir a manifestação de ideias em sala de aula e a criação de

² No início do século XX, Gramsci (2007) já chamava a atenção para o movimento do capital que vinha se organizando, em nível supranacional, denominando-o de Estado supranacional. Naquela época tratava-se da Ligas das Nações. Entretanto foi no Pós-Segunda Guerra, como o processo de internacionalização da economia, que foram criados os organismos supranacionais, como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, OTAN, a Organização das Nações Unidas, a UNESCO e, mais recentemente, nos anos de 1990, os blocos político-econômicos regionais, quais sejam o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e União Europeia.

Editorial

dispositivos legais para vigiar constantemente os docentes ferindo a liberdade de ensinar, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e a garantia de um Estado Laico é inconstitucional.

Nesse sentido, Penna (2016, p. 55) adverte sobre os riscos desse projeto escolar e societário posto que,

não só representa os alunos como figuras absolutamente passivas, a proposta apresenta-se como uma política e escolarização que reduziria enormemente o espaço para que os alunos pudessem revelar-se como sujeitos em sala de aula. A função da escolarização reduzir-se-ia à qualificação (no caso, a transmissão de conteúdos), excluindo e dimensão se subjetivação. O projeto usa o conceito de audiência cativa e o que ele faria, se colocado em prática, seria justamente transformar a escola em uma prisão, em que os alunos não podem se manifestar nem pensar diferente daquilo que seus pais pregam. Eles nem poderiam ter acesso a atividades que pudessem contradizer as crenças dos seus pais. É pior que uma prisão.

Silveira (2018) ressalta que, os fundadores do Movimento Escola sem Partido entendem que a maioria dos professores, livros e programas curriculares, desconsideram **a diferença entre o ato de educar e o ato de doutrinar**, por esta razão incentivam a denúncia anônima, por parte dos estudantes, ex-estudantes, pais e responsáveis, sobre o conteúdo programático, o material pedagógico e as atitudes e comportamento dos professores na transmissão do conhecimento. E, abre uma questão:

mas, qual o significado de educação para os fundadores, apoiadores e simpatizantes do MESP? A resposta encontra-se no livro *Professor não é educador*, de autoria de Armino Moreira³, para quem 'só educa eficazmente quem ama o educando. Exigir que o professor seja um educador é exigir que ele ame o aluno'. Ora, não é sentimento que se exija para exercer uma profissão" (MOREIRA, 2012, p. 11). Contrariamente, nosso entendimento baseia-se em Paulo Freire⁴. Afirmamos que a educação é um ato de amor e de coragem (SILVEIRA, 2018, p. 24-25).

³ Professor de Filosofia, aposentado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Mestre em Filosofia pela Universidade Pontifícia de Salamanca, na Espanha.

⁴ Freire (2000, p. 104).

Editorial

Mantendo a trajetória do discurso e o controle sobre as escolas, vimos o fortalecimento da discussão da implementação da Base Nacional Comum Curricular no processo de configuração de um currículo prescritivo que segundo Macedo (2015) “produz uma compreensão normativa de currículo, ao partilharem o antagonismo em relação à imprevisibilidade do chão da escola” (p. 891). Para a autora, a ideia de base nacional comum curricular não é recente, mas existe uma diferença significativa entre o que é uma Base Nacional Comum (BNC) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que ficou ausente na exposição dos argumentos apresentada pelo MEC esvaziando os debates históricos de sua construção.

A ideia de BNC defendida historicamente pela Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (ANFOPE) se caracteriza como diretrizes para a educação e não numa proposta curricular ou listagem de conteúdos que condiciona sua organização e dispositivos pedagógicos de forma prescritiva e normatizada para um padrão de currículo nacional desconsiderando diferenças relevantes para identidades regionais.

A discussão não está esgotada e a resistência continua, seja nos debates acadêmicos e/ou no cotidiano das escolas. É, por esta razão que a campanha lançada pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) em 2018, traz como lema a afirmação de que, **Aqui já tem Currículo: o que criamos na escola [...]**, levando-nos a refletir sobre a realidade concreta da educação no Brasil, bem como provoca a continuidade dessa discussão.

A militarização da educação segue a mesma lógica de controle do fazer pedagógico, da produção do conhecimento e da formação do sujeito na perspectiva unilateral, fragmentada da realidade e aligeirada.

Sustentada no discurso da redução da violência na escola, melhoria da qualidade da aprendizagem e da infraestrutura escolar, a militarização das escolas retoma, na prática, medidas repressivas da ditadura empresarial-brasileira, estabelecendo forte hierarquia e controle disciplinar, descurando-se,

Editorial

por completo, da convivência solidária e respeitosa entre as pessoas, mas também da formação de sujeitos críticos e autônomos, capazes de intervir, em meio à diversidade, na realidade em que vivem (VELOSO; OLIVEIRA, 2015).

Portanto, o risco da implementação de projetos e práticas desta natureza abrem o caminho para o aprofundamento de contrarreformas, cada vez mais, reacionárias na educação brasileira.

Na medida em que o espaço público materializado na escola pública passa a ser estruturado de forma militarizada, sob a égide da disciplina e hierarquia, o novo modelo gestão militar aprofunda ainda mais o dualismo histórico pelo qual a educação brasileira vem sendo constituída, servindo aos interesses do capital por intermédio de uma elite burguesa e que evidencia, de forma latente, dois tipos de formação: uma voltada para formação dos filhos da classe trabalhadora e outra para os da elite. A primeira funciona como uma política de conformação das massas, e a Polícia Militar é deslocada do seu eixo funcional para o qual ela foi criada, para servir como instrumento de controle utilizado pelo Estado na medida em que submete os discentes a padrões de comportamento. Assim, a relação de poder imposta hierarquicamente também contribui para a omissão de violências por meio de uma política de docilização dos corpos e controle social (GUIMARÃES; LAMOSA, 2018, p.78).

A necessidade, por parte do capital, de controlar a educação e o trabalho amplia o espectro das políticas públicas que se fazem à revelia do debate público (SILVEIRA, 2016). Não sem razão, o vínculo entre a Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica e a Base Nacional Comum para Formação de Professores da Educação Básica⁵ que busca, mais uma vez na história da educação brasileira, adaptar a formação de professores e de outros profissionais da educação ao tecnicismo com base na pedagogia das competências e habilidades; retomar os Parâmetros Curriculares Nacionais da década de 1990, e incorporar as teorias de Bloom e Tyler e a behaviorista de Skinner tão empregadas no governo empresarial-militar.

⁵ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=71951>. Acesso em: 18 de junho 2019.

Editorial

Deste modo, transfere-se para estudantes, supostamente autônomos e amadurecidos intelectualmente, a responsabilidade de decidir sobre o seu próprio itinerário formativo, revelando seu caráter conservador e excludente.

A Base Nacional Comum (BNC) para Formação de Professores da Educação Básica, lançada pelo MEC, em dezembro de 2018, baseada em três eixos - conhecimento, prática e engajamento⁶ - se apresenta na contramão das DCN/2015 (Resolução CNE/CP nº 2/2015) por projetar uma perspectiva de formação com retorno às pedagogias instrumentais da docência e autonomia do professor, vinculando sua proposta à formação por competências e habilidades.

Enquanto, as DCN/2015, ao contrário do que o MEC busca estabelecer nesse momento,

ênfatisa a necessária articulação entre educação básica e superior, bem como, a institucionalização de projeto próprio de formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica, por parte das instituições formadoras, tendo por eixo concepção formativa e indutora de desenvolvimento institucional que redimensiona a formação desses profissionais a partir de concepção de docência que inclui o exercício articulado nos processos ensino e aprendizagem e na organização e gestão da educação básica (DOURADO, 2015, p. 316).

Isto quer dizer que, as DCN/2015 tem como um dos seus princípios a defesa da docência como base da identidade profissional de todo educador, completamente contrária qualquer proposição vinculada a essa BNCC. Utilizando o vocabulário claramente associado ao ideário tecnicista as DCN/2018

⁶ No **eixo do conhecimento**, o professor deverá dominar os conteúdos e **saber como ensiná-los**, demonstrar conhecimento sobre os alunos e seus processos de aprendizagem, reconhecer os diferentes contextos e conhecer a governança e a estrutura dos sistemas educacionais. Já no **eixo da prática**, o professor deve planejar as ações de ensino que resultem na aprendizagem efetiva, saber criar e gerir ambientes de aprendizagem, ter plenas condições de avaliar a aprendizagem e o ensino, e **conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, competências e habilidades previstas no currículo**. No **terceiro e último eixo está o engajamento**. **É necessário que o professor se comprometa com seu próprio desenvolvimento profissional**, com a aprendizagem dos estudantes e com o princípio de que todos são capazes de aprender. Também deve participar da construção do projeto pedagógico da escola e da construção de valores democráticos. Além de ser engajado com colegas, famílias e toda a comunidade escolar. (grifos nosso)

Editorial

acabam por destacar e promover a função utilitarista do professor, podendo colocar em risco a concepção de formação de professores pautada na pesquisa e no eixo teoria-prática, confluindo num esvaziamento político e crítico da atuação docente. O risco dessa vinculação expressa o que se desenha numa proposta padronizada de lógica “produtivista reforçando uma formação fundamentada numa racionalidade técnico instrumental” (TERRA, 2015, p.166).

Contudo, nesta conjuntura caótica, foi possível construir um processo de resistência organizado pelos estudantes, professores e técnicos administrativos com o fito de barrar o desmonte da educação pública brasileira, mas também a contrarreforma da previdência. O mês de maio de 2019 marcou, até o momento, esse grande movimento, com dias de luta e manifestações em todo o país. Assim, os **#15 e #30 de maio** entram para a história da luta e resistência da classe trabalhadora em torno da defesa da educação pública em todos os níveis de ensino, movimento ainda não visto anteriormente nesse país.

Concordamos com Anísio Teixeira ao afirmar que, mesmo que em outro momento histórico, que não o passado e o presente, a educação pública nasce com essa luta e sua manutenção se materializa no pilar dessa resistência. Nos resta continuar!

Enquanto editoras, não podemos deixar de destacar que, em meio a esse contexto, os periódicos da área da Educação encontram-se sob o processo de avaliação denominado Qualis Capes, o que, sem dúvida, coloca editores responsáveis e membros da Equipe Editorial na expectativa do resultado do relatório final. Porém, mais do que a busca pela qualificação, os esforços empregados em torno da publicação desta edição nº10 da Movimento – revista de educação da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF – evidencia nosso compromisso em socializar o conhecimento produzido sobre temas atuais, relevantes e associados, que são, à resistência e ao enfrentamento da onda conservadora e à luta pela transformação da sociedade.

Editorial

Consideramos que esse compromisso se expressa nos textos que compõem esse número, justamente por desvelarem a difícil conjuntura na qual se insere a educação brasileira.

Boa leitura!

Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR – Sindicato Nacional (ANDES-N) [online]. **Carta aberta à Sociedade sobre os Ataques à Educação no Brasil!** Brasília, 10 mai. 2019. Disponível em <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/carta-aberta-a-sociedade-sobre-os-ataques-a-educacao-no-brasil1>.

DEMIER, Felipe. HOEVELER, Rejane (Orgs.). **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

DOURADO, Luiz Fernandes. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica: concepções e desafios. **Educação e Sociedade**, Campinas, SP, v. 36, n. 131, p. 299-324, abr./jun., 2015

GUIMARÃES, Paula Cristina Pereira; LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. Militarização das escolas da Rede Estadual de Goiás: a nova onda conservadora. **Revista Pedagógica, Chapecó**. v.20, N.43, JAN./ABR. p. 66-80. 2018.

MACEDO. Elizabeth. Base Nacional Comum para currículos: direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem? **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v. 36, nº. 133, p. 891-908, out.-dez, 2015.

PENNA, Fernando de Araújo. Programa “Escola sem Partido”: uma ameaça à educação emancipadora. In: GABRIEL, C. T.; MONTEIRO, A. M.; MARTINS, M. L. B. **Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história**. Rio de Janeiro: Mauad X. p. 43-58. 2016.

SILVEIRA, Zuleide S. Setor educacional do MERCOSUL: convergência e integração regional da educação superior brasileira. **Revista da Avaliação da**

Editorial

Educação Superior [online]. São Paulo: Campinas, vol.21, n.3, p.901-927, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772016000300012>.

SILVEIRA, Zuleide S. Onda Conservadora: o emergente Movimento Escola Sem Partido. *In*: BATISTA, Eraldo Leme; ORSO, Paulino José; LUCENA, Carlos (Orgs.). **Escola sem partido ou a escola da mordada e do partido único a serviço do capital** [e-Book]. Minas Gerais, Uberlândia: Navegando publicações, 2018. DOI: 10.29388/978-85-53111-27-5-0-f.17-48. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-escola-sem-partido>

TERRA, Dinah Vasconcellos. Escola e Universidade: diálogos com o PIBID de Educação Física. *In*: **Educação Física escolar: a contribuição do PIBID**. CARVALHO, Rosa Malena de Araújo; TERRA, Dinah Vasconcellos. Curitiba: Editora CRV. p. 165-174. 2015.

VELOSO, Ellen. Ribeiro.; OLIVEIRA, Nathália Pereira de. Nós Perdemos a Consciência? Apontamentos sobre a militarização de escolas públicas estaduais de ensino médio no Estado de Goiás. **Anais VI Seminário Pensar Direitos Humanos: Educação e(m) Direitos Humanos: pensar as violências**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás. p. 33-45. 2015.